

Intervenção proferida pelo
Deputado Regional Cláudio Lopes
na sessão legislativa de Novembro.

Apresentação da proposta de alteração ao P.O. – Poder Local

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Venho a esta Tribuna, em nome da bancada social-democrata, mas acredito que sobretudo em nome do interesse da Região, anunciar uma proposta que o PSD vai apresentar em sede de discussão do Plano e Orçamento, na especialidade, que constitui um contributo para que em matéria específica, melhore a acção governativa, nomeadamente na sua relação com o Poder Local Regional.

O que se pretende é, aproveitando as sinergias dos dois Poderes Instituídos, regional e local, fazer-se mais e melhor pelo bem colectivo das nossas ilhas e de todos os açorianos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A generalidade das Câmaras Municipais dos Açores, estão com grandes dificuldades financeiras, as quais se agravaram com os sucessivos cortes nas transferências das verbas do Estado, nos últimos dois anos.

Corre-se o risco de as Câmaras Municipais não conseguirem aproveitar os fundos comunitários que têm á sua disposição neste quadro comunitário de apoio e de não realizarem investimentos, estratégicos e reprodutivos, bem necessários ao desenvolvimento sócio-económico sustentado, nos respectivos Concelhos.

Os constrangimentos orçamentais, em regra hoje vividos pelos Municípios da Região, ganharam maior expressão, após a revisão da Lei de Finanças Locais que ocorreu em 2007 e que estabeleceu novos parâmetros para os limites legais de endividamento dos Municípios. Esta condição colocou de imediato muitos Municípios á beira da ruptura financeira tendo alguns ultrapassado, de forma automática, os limites legais de endividamento.

A esta medida veio juntar-se a “lei travão”, ou seja, a impossibilidade de os Municípios crescerem a sua dívida total, podendo apenas em cada ano contrair empréstimos iguais aos valores da amortização do capital em dívida, relativo a esse mesmo ano.

Nos dois últimos anos as autarquias foram alvo de cortes severos nas transferências do Estado, quando se começaram a implementar as medidas de austeridade relacionadas com o Pacto de Estabilidade e Crescimento, aos quais se vieram agora juntar mais cortes, incluídos na proposta de O.E. para 2011.

Estes sucessivos cortes de verbas correspondem a muitos milhões de euros perdidos para as autarquias, o que influencia profunda e negativamente o quadro de receitas destas, de modo muito especial as autarquias mais pequenas cujas receitas dependem bastante das transferências do Estado, já que têm poucas receitas próprias.

Se é inegável que as autarquias foram essenciais no desenvolvimento e progresso que os Açores experimentaram nestes 34 anos, tal ficou a dever-se, em grande parte, aos investimentos estruturantes e estratégicos que estas realizaram com o apoio dos fundos comunitários.

No entanto, para essas grandes empreitadas, embora os projectos fossem financiados a 85%, as autarquias tiveram de cumprir com os restantes 15%, o que representou um esforço financeiro muito grande. Por isso, tiveram de recorrer, de forma sistemática, ao longo de vários anos, a empréstimos bancários. Assim foram, invariavelmente, acumulando dívida.

O certo é que, passadas estas quase três décadas e meia, a dívida global dos 19 Municípios, não atinge os 200 milhões de euros.

No mesmo período, o Governo Regional, que serve a mesma Região, a mesma área geográfica e a mesma população, realizando também um inquestionável esforço de desenvolvimento dos Açores, acumulou uma dívida que, contas feitas, é cinco vezes superior á dívida acumulada dos 19 Municípios da Região.

Contudo, em 1998, quando o Eng. António Guterres era Primeiro Ministro, o Governo da República pagou 90% da dívida acumulada da Região (100 Mc dos 110 Mc de dívida). O Governo da República foi, nesse momento, solidário com o Governo dos Açores. Infelizmente, as autarquias da Região nunca tiveram solidariedade idêntica.

Com a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, o Governo dos Açores foi alvo de discriminações positivas, pelo contrário, a revisão da Lei de Finanças Locais foi “madrasta” para as Autarquias.

Neste momento, e em termos do O.E. para 2011, o Governo Regional mantém intactas as transferências ao abrigo da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (ainda bem, ficamos contentes com isso!), mas as Câmaras Municipais dos Açores (tal como todas do país) sofrem novo corte de 5%, que acrescentam ao corte de 5% já sofrido em 2010, mais o não pagamento de 5 milhões de euros relativos ao IRS de 2009, que são

devidos às Câmaras da Região e que o Governo da República teima em não pagar.

É por tudo isso que o PSD considera que está na hora do Governo Regional ser mais solidário com as Câmaras da Região. Vamos assim propor que o faça por via de uma mais profunda, transparente e equitativa cooperação técnico-financeira. E que a concretize, participando nos investimentos que as Câmaras têm ainda de realizar nos seus Concelhos, para que possam assim aproveitar integralmente os fundos comunitários do actual quadro comunitário de apoio.

O PSD não traz aqui esta proposta sob a égide de nenhum tacticismo político, muito menos partidário, como é sabido a maioria das Câmaras é do partido socialista. O PSD traz esta proposta por considerar que ela poderá servir melhor a Região, se executada com clareza e com justiça, respeitando a autonomia do Poder Local e a separação de Poderes, e baseada num verdadeiro espírito de cooperação institucional, que entendemos deve acontecer de forma isenta.

Entendemos assim que:

Este é o tempo de unir esforços e de congregar energias!

Este é o tempo de provar que o interesse da Região vale mais do que o interesse político-partidário.

Este é o tempo de deixar apenas de proclamar princípios e passar a aplicá-los!

Este é o tempo de valorizar a solidariedade institucional e dar primazia á subsidiariedade!

Este é o tempo de superar dificuldades e ganhar oportunidades!

O projecto de desenvolvimento regional e a crise em que estão mergulhadas as famílias e as empresas regionais e locais precisam de um

Poder Local e de um Governo Regional fortes e com recursos suficientes para enfrentar os tempos difíceis que aí vêm!

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

As Câmaras Municipais, exercendo a sua acção com grande proximidade junto das populações e actuando com grande eficácia e eficiência, constituem um verdadeiro “motor” do desenvolvimento local, estando sempre na primeira linha do apoio social directo e indirecto às famílias e aos cidadãos.

Entendemos assim, que o Governo Regional pode e deve apoiar de forma equitativa e transparente, as 19 Câmaras Municipais da Região, num montante idêntico á perda de receitas que estas terão em 2011 ao abrigo das transferências do Estado (cerca de 5,5 milhões de euros), comparticipando directamente os Municípios na componente de auto-financiamento dos projectos de investimento co-financiados por fundos comunitários.

Com esta medida o Governo concretiza a cooperação com o Poder Local que proclama; contribui para a dinamização do tecido empresarial da Região (especialmente das micro, pequenas e médias empresas, empregadoras de mão-de-obra local) e contribui para a estabilização sócio-económica de muitas famílias açorianas, o que nos tempos que correm, e que se avizinham, é de primordial importância.

Este, é o desafio que deixamos ao Governo, sob a forma de um contributo positivo, em nome do interesse da Região.

Esperamos que o partido que suporta o Governo, bem como os restantes partidos nesta casa representados, entendam a pertinência e a justiça desta medida e a aprovem, para bem dos Açores e dos açorianos.

O momento é de olhar para a frente, para o futuro e não ficar amarrado nem ao passado, nem às dificuldades do presente.

Temos de prosseguir a caminhada do progresso e do desenvolvimento regional com a convicção de Winston Churchill quando um dia afirmou: **«De uma coisa estou certo, se abrirmos uma querela entre o passado e o presente, acabaremos por perder o futuro».**

Disse!

Cláudio Lopes